

RESENHA

THE GIG ECONOMY: A CRITICAL INTRODUCTION

WOODCOCK, Jamie & GRAHAM, Mark. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2020.

Recebido em 14/09/2020
Aprovado em 19/04/2021

Os termos “*gig economy*”¹, “uberização do trabalho” e “trabalho por plataforma” têm se tornado cada vez mais presentes no vocabulário público e acadêmico global nos debates sobre trabalho e suas vicissitudes no capitalismo contemporâneo. Englobando trabalhadores dos mais diversos ramos de atividade, as plataformas digitais estão presentes na entrega de refeições por ciclistas, nas viagens curtas com motoristas particulares, no serviço doméstico e até mesmo em atividades pouco conhecidas, como é o caso do treinamento de mecanismos de inteligência artificial e da moderação de conteúdo digital. Ainda que ocupem um papel recente nos fenômenos de exploração do trabalho, sendo predominantes na segunda década do século XXI, as plataformas têm sido investigadas intensivamente por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, permitindo que seus elementos constitutivos e contradições sejam, aos poucos, sistematizados e discutidos.

Nesse sentido, *The Gig Economy: A Critical Introduction* (2020), de Jamie Woodcock e Mark Graham, é uma obra fundamental para os pesquisadores e público geral que compartilham o interesse por essa tendência de transformação do trabalho na era digital. Doutor em sociologia pela Universidade de Londres e atual professor sênior na Open University (UK),

RODRIGO CONSTANTINO JERONIMO

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara.

E-mail: rodrigo.jeronimo@unesp.br

¹ Normalmente traduzido como “economia dos bicos”, o termo *gig* originalmente descreve as atividades de artistas em pequenas apresentações musicais em bares e restaurantes locais.

Woodcock tem dedicado seus estudos à investigação da realidade diária e da experiência de trabalhadores por plataforma, analisando, principalmente, os aspectos de organização e gamificação do trabalho. Mark Graham, por sua vez, é professor de Geografia da Internet no Instituto de Internet de Oxford (Universidade de Oxford) e, em sua prolífica produção científica sobre o trabalho em plataformas digitais, tem dirigido seus estudos para os efeitos do trabalho digital no Sul Global, além de fazer parte do *Fair Work Foundation*, uma iniciativa que busca estabelecer os princípios de boas práticas e trabalho justo para o trabalho em plataformas.

Ao definirem como objeto de investigação “as formas precárias e fragmentadas de trabalho que se tornaram conhecidas como *gigs*” (p. 14; tradução nossa), os autores deixam claro o teor crítico-analítico da sua leitura dos impactos da lógica do trabalho digital sobre a força de trabalho e ele sujeitos. Dito isso, a obra analisada não se restringe ao estudo puramente conceitual e à descrição estrutural da *gig economy*, mas se estende à problematização de aspectos pouco explorados, como oportunidades e riscos ao trabalhador, discutindo os caminhos para a busca de práticas justas e fornecendo insumos para estudos e políticas de proteção ao trabalho.

O primeiro capítulo da obra tem como objetivo apresentar uma leitura sobre as origens da *gig economy*, que vão além da exclusividade comumente atribuída aos avanços tecnológicos, em especial no campo da comunicação. Sustentando a noção de que o processo de precarização em si não representa algo novo no mundo do trabalho, os autores abordam a *gig economy* como uma forma de “transformação e reorganização” (p. 525) desse trabalho historicamente precarizado. Com isso, o capítulo apresenta a interrelação de fatores políticos, tecnológicos e sociais que favoreceram a adaptação do trabalho à sua forma digital coordenada pelas plataformas. A partir da definição desses três fatores, o capítulo deriva nove pré-condições moldadoras que atuam na expansão dessas empresas, a saber: a infraestrutura das plataformas intermediando as relações entre trabalhadores e clientes; a legibilidade digital do trabalho, ou seja, a habilidade de automatização dos processos de trabalho; a

conectividade em massa e tecnologias baratas; mudanças no comportamento do consumidor; relações de trabalho por gênero e raça; desejo de flexibilidade para os/dos trabalhadores; regulamentação Estatal; poder dos trabalhadores; e globalização e terceirização.

Ao apresentar sua discussão sobre as raízes do trabalho digital, bem como sobre as particularidades de cada um dos elementos citados anteriormente, o livro evidencia que a investigação da *gig economy* se refere a um campo complexo, que supera os debates sobre as vantagens e desvantagens da tecnologia.

O reconhecimento das particularidades políticas, culturais e sociais de certa localidade nos permite uma análise contextualizada capaz de explicar, entre outras coisas, a razão pela qual a percepção sobre as plataformas poder diferir entre países. Tal fato ocorre no caso da leitura entre Sul e Norte globais em que a informalidade do primeiro representa aspectos estruturais que antecedem a emergência das plataformas. Dessa forma, conforme discutido por Ludmila Abílio (2020, p. 14) a *gig economy* “reflete uma tendência à generalização de características de mercados de trabalho do Sul, os quais agora ganham visibilidade ao se espriarem por países do centro e entre trabalhadores com qualificação e rendimento maiores”.

Embora tratadas de maneira generalizada sob o conceito de *gig economy*, o funcionamento das plataformas de trabalho digital é heterogêneo, variando de acordo com a atividade exercida e suas restrições geográficas. O capítulo 2 versa sobre o mecanismo dessas plataformas, classificando-as em dois grupos: *geographically tethered work* e *cloudwork*, também descritos na literatura como “atividades baseadas na localização e atividades baseadas na internet” (ILO, 2018). O primeiro grupo descreve as atividades sob demanda que ocorrem em uma localização específica e são restritas aos trabalhadores de determinada região (*p.e.*, Uber, iFood etc.), enquanto o segundo grupo se baseia em tarefas realizadas integralmente *online*, de modo que o acesso à internet é o principal requisito para o trabalho e há pouco

ou nenhum peso para a localização do trabalhador (*p.e.*, serviços de *design* gráfico, tradução, microtarefas²).

Como principal contribuição do capítulo 2 está a sistematização proposta pelos autores para uma leitura dos elementos de diversidade entre as plataformas. Com base na lógica da estrutura definida por Gereffi *et alii* (2005) em seu artigo seminal sobre a governança de cadeias globais de valor e seus determinantes, Woodcock e Graham estabelecem seis aspectos que demonstram os graus de coordenação explícita sobre a força de trabalho em diferentes plataformas. Classificados por graus (alto, baixo ou médio) de controle, os seis determinantes são: controle espacial, controle temporal, habilidade de definir tarifas, legibilidade digital do trabalho, barreiras à entrada para trabalhadores e possibilidade de repetição de trabalho para o mesmo cliente. Tomando como exemplo uma plataforma de entregas de alimentos e uma plataforma de serviços de *design* gráfico, a primeira tem controle alto sobre a localização do trabalhador e também sobre a definição de tarifas; a segunda, por sua vez, tem pouco controle sobre a localização do trabalhador, da mesma forma que usualmente não define os preços cobrados, apresentando menor grau de coordenação explícita.

Os diferentes graus de coordenação explícita em cada um dos seis determinantes descritos anteriormente geram diferentes percepções e experiências de trabalho para os trabalhadores que atuam em plataformas distintas (p. 102). Desta forma, o capítulo 3 apresenta a *gig economy* pela voz dos seus próprios atores, demonstrando a necessidade de interpretar o trabalho digital pela ótica daqueles diretamente relacionados a ela. Assim, o leitor é apresentado a testemunhos que apontam para percepções positivas e negativas que, de outra forma, passariam despercebidas da investigação descritiva. Apesar da não classificação formal de emprego, os autores consideram os ramos da *gig economy* como trabalhos, explicitados pelas formas

² Fundada em 2005, a Amazon Mechanical Turk (MTurk) é a principal plataforma das atividades de microtarefas *online*. Utilizando a noção de *crowdsourcing*, a terceirização para a multidão, as empresas clientes disponibilizam seus processos fragmentados em milhares de pequenas tarefas e remuneram os trabalhadores/usuários da plataforma por cada tarefa concluída. São exemplos comuns de microtarefas: serviços de transcrição de documentos, moderação de conteúdo, divulgação de conteúdo em redes sociais, análise de imagens etc.

de controle, pelo uso da força de trabalho em atividade produtiva, bem como pelos conflitos e queixas resultantes de sua precarização. Portanto, para uma abordagem mais ampla, são reunidos relatos de trabalhadores de plataformas de entrega, de serviços de transporte, cuidados domésticos, microtarefas e outros serviços especializados.

Embora precarizado pela lógica *gig* e atomizado pelo *design* das plataformas, que dificultam qualquer tipo de contato entre os trabalhadores envolvidos em uma mesma atividade, é um equívoco afirmar que não há movimentos de ação coletiva para proteção desses trabalhadores. O último capítulo da obra tem como objetivo apresentar o trabalhador de plataformas como um agente ativo, capaz de se organizar, apesar das restrições estruturais dos aplicativos, agindo na reestruturação das plataformas. Novamente o trabalho é diferenciado entre *geographically tethered work* e *cloudwork*, tendo o primeiro uma maior capacidade de organização pela proximidade geográfica entre os pares, mas também apontando para iniciativas do segundo, como a criação do Turkopticon, uma ferramenta paralela de trabalhadores do Mechanical Turk para a avaliação de empresas, sinalizando aquelas com histórico de não pagamento. Aqui também se aponta para o papel organizador de meios não tradicionais, como Facebook e WhatsApp, funcionando como fóruns para compartilhamento de dicas, reclamações e organização de demandas desses trabalhadores.

A obra analisada conclui sua exposição com quatro temas de debate para a transformação do trabalho em plataformas, a saber: a questão da transparência sobre as relações entre plataforma e trabalhador; a questão da prestação de contas e das responsabilidades das plataformas; a questão do poder dos trabalhadores e do fortalecimento de ações coletivas; e, por fim, a propriedade democrática por cooperativas. Importa-nos salientar uma noção fundamental para o debate e que podemos considerar como o fio condutor do livro: a *gig economy* não é um resultado natural de organização do trabalho, tampouco uma tendência inexorável, em que não há espaço para debates e modificações, de modo que “é importante não apenas refletir sobre o que é e de onde vem a *gig economy*, mas também apresentar uma série de futuros mais desejáveis” (p. 183; tradução nossa).

Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Plataformas digitais e uberização: globalização de um Sul administrado?”, *Contracampo*, v. 39, n. 1, pp. 12-26, abr.-jul. 2020.

GEREFFI, G.; HUMPHREY, J. & STURGEON, T. “The Governance of Global Value Chains”, *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, pp. 78-104, fev. 2005.

INTERNATIONAL LABOR OFFICE, ILO. *Digital Labor Platforms and the future of work: towards decent work in the online world*. Geneve: International Labor Office (ILO), 2018.

WOODCOCK, Jamie & GRAHAM, Mark. *The Gig Economy: A Critical Introduction*. 1a ed. Cambridge: Polity Press, 2020.